



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 26099/2021

Folha
1/2

2. AGENDAS: 01 [X] FEAM 02 [] IEF 03 [] IGAM Hora: 10:00 Dia: 18 Mês: Maio Ano: 2021

3. Motivação: [] Denúncia [] Ministério Público [] Poder Judiciário [] Operações Especiais do CGFAI [] SUPRAM [] COPAM/CERH [X] Rotina

4. Finalidade
FEAM: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto [X] Outros
IEF: [] Fauna [] Pesca [] DAIA [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Danos em áreas protegidas [] Outros
IGAM: [] Outorga [] Outros

5. Identificação
01. Atividade: Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento 02. Código: A-02-06-2 03. Classe: 4 04. Porte: G
05. Processo nº: 00200/1992/024/2019 06. Órgão: 07. [] Não possui processo
08. Nome do Fiscalizado: MINERAÇÃO CAFÉ LTDA. 09. [] CPF 10. [X] CNPJ
11. RG: 12. CNH-UF: 13. [] RGP [] Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo - UF: 15. RENAVAM: 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) 18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia: 20. Nº. / KM 21. Complemento
22. Bairro/Logradouro: 23. Município: 24. UF:
25. CEP: 26. Cx Postal 27. Fone: 28. E-mail

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc:
02. Nº. / KM 03. Complemento 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade:
05. Município 06. CEP: 07. Fone:
08. Referência do local
09. Coord. Geográficas DATUM [X] SAD 69 [] Córrego Alegre Latitude Grau Minuto Segundo Longitude Grau Minuto Segundo
Planas UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

7. 01. Assinatura do Agente Fiscalizador
João Carlos B. Souza

02. Assinatura do Fiscalizado

1ª Via Fiscalizado – 2ª Via Órgão Ambiental – 3ª Via Ministério Público – 4ª Via Bloco

A Feam verificou o atendimento dos empreendimentos declarantes à deliberação normativa conjunta COPAM / CERH número 01 de 2008, que estabelece em seu artigo 39 que o responsável por fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas deve apresentar ao órgão ambiental competente, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior.

Assim, foi realizada consulta às declarações de carga poluidora recebidas, tendo sido constatado o descumprimento por parte deste empreendimento decorrente da não entrega, no prazo determinado pelo COPAM, das declarações de carga poluidora nos anos de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015; bem como pela entrega incompleta das declarações de carga poluidora em: 2017 (faltaram os efluentes de quatro fossas sépticas) e 2019 (faltaram efluentes de quatro fossas sépticas e de duas caixas SAO).

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome Legível)	MASP	Assinatura
Maria do Carmo Fonte Boa Souza		<i>M. do Carmo F. B. Souza</i>
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome Legível)	MASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome Legível)	MASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado [Nome Legível]	Função/Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: nº **235807/21**

Lavrado em Substituição ao AI nº: —

Vinculado ao: ☒ Auto de Fiscalização nº **26099/21** de **18/05/2021**
☐ Boletim de Ocorrência nº: — de / /

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☒ SIM ☐ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:

Local: **Belo Horizonte**

☒ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SUPRAM ☐ SUFIS ☐ PMMG ☐ SUPRI Dia: **08/06**

Local: **08:30**

Nome do Autuado/ Empreendimento:

MINERAÇÃO CAFE LTDA.

Data Nascimento:

Nome da Mãe: —

☐ CPF: ☒ CNPJ: —

☐ Outros: —

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência)

Nº. / km: —

Bairro/Logradouro: —

Município: —

UF: —

CEP: —

Cx Postal: —

Fone: () —

E-mail: —

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido: —

☐ CPF: ☐ CNPJ: —

Vínculo com o AI Nº: —

Nome do 2º envolvido: —

☐ CPF: ☐ CNPJ: —

Vínculo com o AI Nº: —

6. Descrição Infração

Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2009, ano base 2008.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas:

DATUM:

☐ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude:

Grav

Min

Seg

Longitude:

Grav

Min

Seg

Planas: UTM

FUSO 22

23

24

X=

(6 dígitos)

Y=

(7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo

Alínea

Código

Inciso

Alínea

Decreto/ano

Lei / ano

Resolução

DN

Port. Nº

Órgão

83

I

116

—

—

44-844/08

7772/80

—

—

—

—

9. Agravantes /agravantes

Agravantes

Agravantes

Nº

Artigo/Parágr.

Inciso

Alínea

Redução

Nº

Artigo/Parágr.

Inciso

Alínea

Aumento

10. Recidência

☐ Genérica

☐ Específica

☐ Não foi possível verificar

☒ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração

Porte

Penalidade

Valor

☐ Acréscimo ☐ Redução

Valor Total

Gravíssima

G

☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária

R\$ 56.145,59

ERP

Kg de pescado: —

Valor ERP por Kg: —

Total: R\$ 56.145,59

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: —

Valor total das multas: —

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de — dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de —

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações

13. Depositário

Nome Completo: —

☐ CPF: —

☐ CNPJ: —

☐ RG: —

Endereço: Rua, Avenida, etc. —

Nº / km: —

Bairro / Logradouro: —

Município: —

UF: —

CEP: —

Fone: —

Assinatura: —

14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTO) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA **NAI-FEAM**, NO SEGUINTE ENDEREÇO: **Rodovia Papa João Paulo II, 4143-1º andar- BH/MG**

F: (31) 3015-1436

15. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)

MASP: —

Assinatura do servidor: —

M^{te} do Carmo F. B. Souza

[Assinatura]

M^{te} do Carmo F. B. Souza

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)

Função/Vínculo com Autuado: —

Assinatura do Autuado/Representante Legal

Local: Belo Horizonte		Dia: 08 Mês: 06 Ano: 2021		Hora: 08:30	
1. Descrição da Infração Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2010, ano base 2009.					
2. Coordenadas da Infração Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000 Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Min. Seg. (6 dígitos) Y= Min. Seg. (7 dígitos)					
3. Embasamento legal Artigo: 83 Anexo: I Código: 116 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 44.844/08 Lei / ano: 7772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -					
4. Atenuantes / Agravantes N° Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução N° Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento					
5. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica					
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP Infração: Gravíssima G Parte: <input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária Valor: R\$ 55.157,82 ERP: - Kg de pescado: - Valor ERP por Kg: R\$ - Total: R\$ 55.157,82 Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ - Valor total das multas: R\$ - No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -					
7. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações					
8. Depositário Nome Completo: - <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG: <input type="checkbox"/> Endereço: Rua, Avenida, etc.: - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: - UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -					
9. Descrição da Infração Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2011, ano base 2010.					
10. Coordenadas da Infração Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000 Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Min. Seg. (6 dígitos) Y= Min. Seg. (7 dígitos)					
11. Embasamento legal Artigo: 83 Anexo: I Código: 116 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 44.844/08 Lei / ano: 7772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -					
12. Atenuantes / Agravantes N° Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução N° Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento					
13. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica					
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP Infração: Gravíssima G Parte: <input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária Valor: R\$ 60.184,96 ERP: - Kg de pescado: - Valor ERP por Kg: R\$ - Total: R\$ 60.184,96 Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ - Valor total das multas: R\$ - No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -					
15. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações					
16. Depositário Nome Completo: - <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG: <input type="checkbox"/> Endereço: Rua, Avenida, etc.: - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: - UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -					
17. Assinaturas 01. Servidor (Nome Legível): M^{te} do Carmo F.B. Souza MASP: - Assinatura do servidor: M^{te} do Carmo F.B. Souza 02. Autuado (Representante: Autuado) (Nome Legível): - Função/Vínculo com Autuado: - Assinatura do Autuado/Representante legal: -					

Local: Belo Horizonte		Dia: 08 Mês: 06 Ano: 2021 Hora: 08:30	
1. Descrição da Infração		Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2013, ano base 2012.	
2. Coordenadas da Infração		Geográficas: DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min Seg Longitude: Grau Min Seg Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)	
3. Embasamento legal		Artigo: 83 Anexo: I Código: 116 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 44844/08 Lei / ano: 7772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -	
4. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento	
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa e ERP)		Infração: Gravíssima G Parte: G Penalidade: <input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária Valor: R\$ 69.022,46 ERP: - Kg de pescado: - Valor ERP por Kg: R\$ - Total: R\$ 69.022,46 Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ - Valor total das multas: R\$ - No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -	
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações			
8. Depositário		Nome Completo: - CPF: - CNPJ: - RG: - Endereço: Rua, Avenida, etc.: - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: - UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -	
9. Descrição da Infração		Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2015, ano base 2014	
10. Coordenadas da Infração		Geográficas: DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min Seg Longitude: Grau Min Seg Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)	
11. Embasamento legal		Artigo: 83 Anexo: I Código: 116 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 44844/08 Lei / ano: 7772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -	
12. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento	
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa e ERP)		Infração: Gravíssima G Parte: G Penalidade: <input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária Valor: R\$ 75.128,42 ERP: - Kg de pescado: - Valor ERP por Kg: R\$ - Total: R\$ 75.128,42 Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ - Valor total das multas: R\$ - No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -	
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações			
16. Depositário		Nome Completo: - CPF: - CNPJ: - RG: - Endereço: Rua, Avenida, etc.: - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: - UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -	
17. Assinaturas		01. Servidor (Nome Legível): M. do Carmo F. B. Souza MASP: - Assinatura do servidor: M. do Carmo F. B. Souza 02. Autuado/Representante Autuado (Nome Legível): - Função/Vínculo com Autuado: - Assinatura do Autuado/Representante: -	

Local: Belo Horizonte

Dia: 08 Mês: 06

Ano: 2021

Hora: 08:30

1. Descrição
Infração

Descumprimento do artigo 33 da Deliberação Normativa Conjunta COPAN-CERH nº 01/2008 pela entrega incompleta da declaração de carga poluidora 2017, ano base 2016.

2. Coordenadas
da InfraçãoGeográficas: DATUM: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 Longitude: Grau Min. Seg. (6 dígitos) Longitude: Grau Min. Seg. (7 dígitos)
Planar: UTM FUSO 22 23 24 X= Y=3. Embasamento
legal

Artigo: 83 Anexo: I Código: 116 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 44844/08 Lei/ano: 7772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -

4. Atenuantes
/AgravantesAtenuantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento
RUBRICA

5. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica6. Penalidades Aplicadas
(Advertência e Multa)
e ERPInfração: Gravíssima Porte: G Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor: R\$ 89.710,44
ERP: - Kg de pescado: - Valor ERP por Kg: R\$ - Total: R\$ 89.710,44
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ -
Valor total das multas: R\$ -
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -7. Demais
penalidades/
Recomendações/
Observações

8. Depositário

Nome Completo: - CPF: - CNPJ: - RG: -
Endereço: Rua, Avenida, etc. - Nº / km: Bairro / Logradouro: - Município: -
UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -9. Descrição
Infração

Descumprimento do artigo 33 da Deliberação Normativa Conjunta COPAN-CERH nº 01/2008 pela entrega incompleta da declaração de carga poluidora 2019, ano base 2018.

10. Coordenadas
da InfraçãoGeográficas: DATUM: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 Longitude: Grau Min. Seg. (6 dígitos) Longitude: Grau Min. Seg. (7 dígitos)
Planar: UTM FUSO 22 23 24 X= Y=11. Embasamento
legal

Artigo: 112 Anexo: I Código: 112 Inciso: - Alínea: - Decreto/ano: 47383/18 Lei/ano: 7772/80 Resolução: - DN: - Port. Nº: - Órgão: -

12. Atenuantes
/Agravantes

Atenuantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento

13. Reincidência

☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica14. Penalidades Aplicadas
(Advertência e Multa)
e ERPInfração: Gravíssima Porte: G Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor: R\$ 133.110,00
ERP: - Kg de pescado: - Valor ERP por Kg: R\$ - Total: R\$ 133.110,00
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ -
Valor total das multas: R\$ 538.459,69 Quinhentos e trinta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -15. Demais
penalidades/
Recomendações/
Observações

16. Depositário

Nome Completo: - CPF: - CNPJ: - RG: -
Endereço: Rua, Avenida, etc. - Nº / km: Bairro / Logradouro: - Município: -
UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -

17. Assinaturas

01. Servidor (Nome Legível): MASP: Assinatura do servidor: M. do Carmo F. B. Souza
02. Autuado/Representante: Autuado (Nome Legível): Função/Vínculo com Autuado: Assinatura do Autuado/Representante Leg.: M. do Carmo F. B. Souza



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Núcleo de Auto de Infração

Belo Horizonte, 30 de julho de 2024.

Autuado: Companhia Geral de Minas (Mina Campo do Saco)

Processo nº 735402/2021

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 229413/2020, infração gravíssima, porte médio.

ANÁLISE nº 198/2024

I) RELATÓRIO

A sociedade empresária em referência foi autuada como incurso no artigo 83, Código 116, do Decreto nº 44.844/2008, ante a prática das seguintes irregularidades:

- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2010, ANO BASE 2009;*
MULTA SIMPLES: R\$22.063,79

- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2012, ANO BASE 2011;*
MULTA SIMPLES: R\$25.705,95

- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2014, ANO BASE 2013;*
MULTA SIMPLES: R\$ 29.117,45

- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2016, ANO BASE 2015;*
MULTA SIMPLES: R\$ 33.230,89

A Autuada manejou defesa tempestiva, cujos pedidos foram indeferidos, tendo sido mantida somente a autuação pela não entrega da DCP 2016, ano base 2015, em

razão da aplicação do disposto no Parecer da AGE nº 16.519/2022, que faz referência às Notas Jurídicas PRO FEAM nº 50/2021 e AGE nº 6.007/2022.

Notificada regularmente da decisão, a Autuada protocolou Recurso tempestivo, por meio do qual contestou que:

- não teria efetuado lançamento de carga poluidora em curso de água, pois não há transporte de carga poluidora através de curso d'água, nem efetivo nem potencial, e toda a extração de minério de bauxita efetuada pela CGM na Mina Campo do Saco é feita a seco, "in natura" com teor de umidade natural, sem qualquer efluente;
- a partir de 2017, por meio do formulário, informou da inexistência de lançamentos: os efluentes sanitários são destinados para ETE da Alcoa Alumínios S/A;
- pelo princípio da reserva legal as infrações e penalidades não poderiam ser fixadas em Decreto;
- no Decreto nº 47.383/2018 a infração passou a ser grave e assim, deveria ser aplicada a penalidade menos onerosa.

Requeru que o recurso seja conhecido o recurso e provido, para julgar improcedente a penalidade imposta. Sucessivamente, seja reduzida a penalidade, com aplicação da regra menos onerosa.

É a síntese do relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Os fundamentos apresentados pela Recorrente não se prestam a descaracterizar a infração cometida.

II.1. DA INFRAÇÃO. LANÇAMENTO ZERO. OBRIGAÇÃO. MANUTENÇÃO.

Inicialmente argumentou a Recorrente que não teria lançado qualquer efluente e que não há transporte de carga poluidora através de curso de água. Afirmou que a partir de 2017 conseguiu informar a inexistência de lançamentos, já que os efluentes sanitários são destinados para a ETE da Alcoa Alumínio S/A. E ainda que a extração seja a seco, sempre existirá a drenagem pluvial no processo de extração e a água é carregada com muito sólido.

A esse respeito, a área técnica tem o posicionamento de que **não havia nas normas a dispensa de entrega para os casos em que não houvesse lançamento, ou seja, independentemente de produção de efluentes era obrigatória a entrega da DCP, pela responsabilidade por uma fonte potencial ou efetivamente poluidora**, no caso, os efluentes sanitários, mesmo que destinados a ETE de outro empreendimento. E as águas de drenagem pluvial. Vejamos a explicação técnica ^[1]:

Quanto a isso, cabe esclarecer que as declarações de carga poluidora foram

tratadas, tanto em nível nacional (Resolução Conama 430/2011), quanto em nível estadual (DN Copam-CERH 01/2008), em capítulos específicos dessas normas e estabeleceram, de forma clara, a obrigação para qualquer responsável por fonte potencial ou efetivamente poluidora dos recursos hídricos. Assim, **independentemente do tipo de lançamento (direto ou indireto), do meio inicialmente atingido ou afetado (águas superficiais, subterrâneas ou solo) ou ainda da ocorrência efetiva de lançamento de efluentes ou não. As normas vigentes, por ocasião da lavratura dos autos, não mencionam sequer a necessidade de geração do efluente no período para que o responsável legal tenha obrigação de realizar a entrega da DCP, mas sim, a responsabilidade por uma fonte potencial ou efetivamente poluidora das águas.**

Quanto a dificuldade de preenchimento, também se afasta o argumento recursal, já que **os campos concentração e vazão sempre foram campos abertos, de livre preenchimento e é a partir deles que é feito o cálculo da carga poluidora. Assim, não há qualquer justificativa para não apresentação de qualquer declaração de carga poluidora.**

Desta forma, não poderá se eximir a Recorrente da sua obrigação de entrega da DCP.

II.2. DA INFRAÇÃO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. ANULAÇÃO. LEGALIDADE. RETROATIVIDADE. NORMA MAIS BENÉFICA. INDEFERIMENTO.

Alegou a Recorrente que, pelo princípio da reserva legal as infrações e penalidades não poderiam ser fixadas em Decreto. Além disso, pleiteou que no Decreto nº 47.383/2018 a infração passou a ser de natureza grave e assim, deveria retroagir para beneficiá-la.

Não será acolhido o argumento de nulidade do auto de infração por ter sido fundamentado em decreto e não motivado em lei formal. Isso, por que o Decreto Estadual nº 44.844/2008 **regulamentou** a Lei Estadual nº 7.772/1980, que dispôs nos artigos 15 e 16 sobre as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e recursos hídricos e suas correlatas penalidades[2]. Por conseguinte, a Lei Estadual nº 7.772/1980 **previu tanto as infrações administrativas, estabelecendo as penalidades aplicáveis, como a edição de regulamento**[3] no qual fossem definidos critérios para a classificação das infrações e imposição das suas penalidades. Não há, pois, que se conjecturar de transgressão ao princípio da legalidade ou da reserva legal, já que a própria lei outorgou ao Executivo o poder para editar o decreto que a regulamentaria, o então vigente Decreto nº 44.844/2008. Vejamos o que ensina Carvalho Filho[4]:

SENTIDO – Ao editar as leis, o Poder Legislativo nem sempre possibilita que sejam elas executadas. Cumpre, então, à Administração criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis à sua efetiva aplicabilidade. Essa é a base do poder regulamentar.

Poder regulamentar, portanto, é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. A prerrogativa, registre-se, é apenas para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. (...)

NATUREZA DO PODER REGULAMENTAR – Em primeiro lugar o poder regulamentar representa uma prerrogativa de direito público, pois que conferido aos órgãos que têm a incumbência de gestão dos interesses públicos. (...)

FORMALIZAÇÃO – A formalização do poder regulamentar se processa, basicamente, por **decretos e regulamentos**. (...)

LEI E PODER REGULAMENTAR - O poder regulamentar é subjacente à lei e pressupõe a existência desta. É com esse enfoque que a Constituição autorizou o Chefe do Executivo a expedir decretos e regulamentos: viabilizar a efetiva execução das leis (art. 84, IV).

Quanto ao argumento de a infração ter sido classificada como grave no decreto posterior e, assim, por ser mais benéfica, deveria retroagir, também não será acolhido.

É que a legislação a ser aplicada para fundamentar a infração é aquela vigente ao tempo da ocorrência do fato típico, em respeito ao princípio do *tempus regit actum*.

Por outro lado, o Decreto nº 47.383/2018 não fez qualquer ressalva à retroatividade de suas regras. Muito pelo contrário, disciplinou que ficarão mantidas as penalidades aplicadas anteriormente a sua vigência e seus critérios de correção monetária e juros, no artigo 134:

Art. 134 – Ficam mantidas as penalidades aplicadas anteriormente à vigência deste decreto, bem como seus critérios de correção monetária e incidência de juros.

Acrescenta-se que o entendimento da Advocacia-Geral do Estado a respeito de aplicação de lei nova ao procedimento em andamento está exposto no Parecer nº 14.482/2005:

“2) O fato que se caracteriza como infração é inalterável após sua consumação. Se a norma vigente à época do fato o considera como infração, esse fato é permanentemente uma infração. O princípio “*tempus regit actum*” informa **o fato ou ato a ser apreciado e considerado juridicamente segundo a norma vigente ao tempo em que aconteceu. Portanto, se a**

norma vigente ao tempo do fato o tipifica como infração, é assim que deve ser considerado, mesmo que outra lei posterior o descaracterize.

...

*Quando a lei nova atinge um processo em andamento, **nenhum efeito tem sobre os fatos ou atos ocorridos sob a égide da lei revogada.** Atinge, sim, o procedimento; mas só e tão somente para lhe dirigir o andamento, não o que se apura nesse proceder e nem os passos já caminhados."*

Por conseguinte, após a análise dos argumentos trazidos pela Recorrente, a sugestão é de manutenção da penalidade cabível pela prática da infração capitulada no artigo 83, Código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados pela Recorrente quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa** pela não entrega da DCP 2016, ano base 2015, com fundamento no artigo 83, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental – [REDACTED]

[1]

Parecer Técnico nº 33/2024/SURES/SEMAD

[2]

Art. 15. As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

§ 1º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

- I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- II - os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;
- III - a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- IV - a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente;
- V - a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta.

§ 2º O regulamento desta Lei detalhará:

- I - o procedimento administrativo de fiscalização;
- II - o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de sanções;
- III - a tipificação e a classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
- IV - a competência e o procedimento para elaboração das normas técnicas complementares.

Art. 16. As infrações a que se refere o art. 15 serão punidas com as seguintes sanções, observadas as competências dos órgãos e das entidades vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;
- IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V - destruição ou inutilização do produto;
- VI - suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos.

§ 10. As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

[3] Art. 19 - O Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta lei dentro de 180 (cento e oitenta) dias da sua publicação.

[4] FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 22ª ed., pág. 52 a 56.



Documento assinado eletronicamente por **Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda, Servidor(a) Público(a)**, em 30/07/2024, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **93585216** e o código CRC **FC774401**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000877/2022-60

SEI nº 93585216



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Núcleo de Auto de Infração - Análise Jurídica

Decisão FEAM/NAI - JURÍDICO nº. -/2024

Belo Horizonte, 03 de junho de 2024.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 255807/2021
AUTUADO: MINERAÇÃO CAFÉ LTDA

DECISÃO

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C §1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980, com base nas razões expostas na Análise Jurídica, decide, **cancelar as infrações pela não entrega das DCP's dos anos 2009, 2010, 2011, 2013, 2015, abarcadas pela decadência. E manter a infração pela não entrega da Declaração de Carga Poluidora 2019 (ano base 2018), penalidade de multa simples no valor de R\$133.110,00 (cento e trinta e três mil, e cento e dez reais)**, com fundamento jurídico no no Artigo 112, Anexo I, Código 112, do Decreto nº 47.383/2018 e Parecer da AGE/MG nº 16.519/2022.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

RODRIGO FRANCO
PRESIDENTE DA FEAM



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Gonçalves Franco, Presidente(a)**, em 11/06/2024, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **89489523** e o código CRC **C40C34B9**.

**AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CONSELHO
ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ref. Processo n.º 2090.01.0003098/2021-42

Auto de infração n.º 235807/21

Auto de fiscalização n.º 26099/2021

Notificação FEAM/NAI n.º 155/2024

Assunto: Apresenta Recurso para Câmara Normativa Recursal do COPAM

MINERAÇÃO CAFÉ LTDA.,

pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº [REDACTED], com sede na [REDACTED] vem perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO** em face da r. decisão prolatada por esta Fundação Estadual do Meio Ambiente (análise 118/2024), com fulcro no artigo 66 do Decreto Estadual n.º 47.383/2018 e de acordo com os fatos e fundamentos de direito que passa expor.

1. FATOS

Em 18 de maio de 2021, através do auto de fiscalização n.º 26099/2021, a Recorrente foi autuada por:

“A Feam verificou o atendimento dos empreendimentos declarantes à deliberação normativa conjunta COPAM/CERH número 01 de 2008, que estabelece em seu artigo 39 que o responsável por fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas deve apresentar ao órgão ambiental competente, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior.



Assim, foi realizada consulta às declarações de carga poluidora recebidas, tendo sido constatado o descumprimento do por parte deste empreendimento decorrente da não entrega, no prazo determinado pela COPAM, das declarações de carga poluidora nos anos de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015; bem como pela entrega incompleta das declarações de carga poluidora em: 2017 (faltaram os efluentes de quatro fossas sépticas) e 2019 (faltaram efluentes de quatro fossas sépticas e de duas caixas SÃO).”

Destarte, foram impostas as seguintes penalidades de multa:

- 1) Não entrega de declaração de carga poluidora em 2009 para o ano base de 2008 – R\$56.145,59;
- 2) Não entrega de declaração de carga poluidora em 2010 para o ano base de 2009 – R\$55.157,82;
- 3) Não entrega de declaração de carga poluidora em 2011 para o ano base de 2010 – R\$60.184,96;
- 4) Não entrega de declaração de carga poluidora em 2013 para o ano base de 2012 – R\$69.022,46;
- 5) Não entrega de declaração de carga poluidora em 2015 para o ano base de 2014 – R\$75.128,42;
- 6) Entrega incompleta da declaração de carga poluidora em 2017, para ano base 2016 – R\$89.710,44;
- 7) Entrega incompleta da declaração de carga poluidora em 2019, para o ano base de 2018 – R\$133.110,00.

Apresentada defesa aos autos de infração, a Recorrente arguiu prejudicial de mérito atinente à prescrição da pretensão punitiva ambiental referente aos itens de 01 a 06, acima; entrega regular, completa e tempestiva das declarações referente ao período de 2017 e 2019; ausência de fundamentação para aplicação da penalidade; utilização de base legal revogada no auto de infração e afronta aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, antes a aplicação da sanção mais severa.



Julgado em primeira instância administrativa, a defesa foi acolhida parcialmente, para o fim de cancelar as infrações pela não entrega das DCPs de 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, antes a decadência do direito, e mantendo apenas a autuação pela não entrega da declaração de caga poluidora referente ao ano de 2019 (ano base 2018).

Todavia, o eminente julgador ignorou que a Recorrente comprovou a entrega tempestiva da Declaração de 2019 (ano base 2018), além de não ter fundamentado o motivo da manutenção a infração.

Desse modo, interpõe-se o presente recurso a esta Câmara técnica, para reformar a decisão preferida pelo Sr. presidente da FEAM.

2. ILEGALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO QUANTO À FORMA – BASE LEGAL REVOGADA

Conforme defendido em defesa, a ilustre servidora, no momento da lavratura dos autos de infração, inseriu base legal incorreta. É que ela descreveu norma já revogada, portanto, inexistente do ponto de vista jurídico e incapaz de surtir efeitos em face da autuada. Trata-se do Decreto 44.844/08 e seu artigo 83, revogado em 03 de março de 2018, utilizados como embasamento para a aplicação da infração atinentes à não entrega da declaração, ou declaração incompleta, dos anos de 2009, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2017.

Dessa forma, ao contrário do entendimento atacado, o auto de infração padece de erro formal intransponível, ao se utilizar de norma revogada para impor a penalidade de multa em face da autuada, pois ela não existe mais no mundo jurídico.

Nesse sentido:

“EXECUÇÃO FISCAL. INMETRO. AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE. MULTA LAVRADA COM BASE EM NORMA REVOGADA. Não há como reputar legítima multa lavrada com fundamento em norma que não estava mais vigente à época da autuação. No caso, o auto de infração foi fundamentado na Portaria



Inmetro n.º 096/2000, que foi revogada pela Portaria Inmetro n.º 248, de 17/07/2008, sendo que a autuação ocorreu em 21/10/2008.”

(TRF-4 - AC: 50264742920144047001 PR 5026474-29.2014.4.04.7001, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 21/02/2018, QUARTA TURMA)

Portanto, ante a utilização de base legal revogada, impõe-se a reforma da decisão atacada, com o cancelamento do auto de infração.

3. ENTREGA REGULAR E COMPLETA DA DECLARAÇÃO DO ANO DE 2019 (ANO BASE 2018)

Em que pese à informação constante no auto de infração, de que a autuada teria entregado de forma incompleta as declarações de carga poluidora dos anos de 2017 (ano base 2016), e 2019 (ano base 2018), a Recorrente demonstrou justamente o contrário.

Conforme a decisão atacada, manteve-se apenas a penalidade pela não entrega da declaração do ano de 2019 (ano base 2018). Porém, a Recorrente comprovou em sua defesa que fez a entrega tempestiva, mas tais documentos (fls. foram totalmente ignorados.

O protocolo da Declaração de Carga Poluidora foi realizado tempestivamente em 29/03/2019, registrado sob processo SEI nº 2090.01.0001776/2019-46. Em 10/06/2019, a estagiária Paloma Almeida Duarte da Gerência de Monitoramento de Efluentes (GEDEF) enviou um e-mail solicitando retificação e algumas adequações da declaração, conforme anexo. Dessa forma, **foi realizado peticionamento intercorrente no mesmo processo SEI em 03/10/2019 com as adequações solicitadas**. A retificação foi realizada considerando os 6 pontos de lançamento do empreendimento, 4 fossas sépticas e 2 caixas SAO, conforme anexo, o referido protocolo refuta a informação contida no auto de infração referente ao ano de 2019.

Considerando que o protocolo da Declaração de Carga Poluidora realizado em 2017 faz referência ao ano base anterior (2016), quando à época não haviam sido implantados os sistemas de tratamento mencionados nos autos de infração, e considerando o peticionamento intercorrente realizado no processo SEI nº 2090.01.0001776/2019-46 em



03/10/2019, a multa imposta não pode subsistir, quer por argumentos jurídicos, quer por argumentos técnicos que implicam em nulidade da infração.

É importante salientar que a autuada teve suas licenças ambientais renovadas, diante da regularidade de toda a sua documentação, além da observância de todos os ditames legais para a exploração da sua atividade no local.

Portanto, considerando a entrega completa das declarações do ano 2019, de forma tempestiva, requer-se o provimento do presente recurso, com a anulação do auto infração, também com relação a este período, com o cancelamento da multa imposta.

4. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO

A decisão proferida em primeira instância administrativa não apresentou fundamentação legal para manutenção do auto de infração e consequente sanção imposta, visto que ignorou os argumentos da defesa e a comprovação da entrega da declaração de 2019 (ano base 2018), de forma tempestiva.

O ordenamento jurídico, na esteira dos modernos sistemas processuais, consagrou a fundamentação como um dos requisitos essenciais dos pronunciamentos jurisdicionais. A motivação é a única que possui assento constitucional. Estabelece, efetivamente, o inciso IX, do art. 93, da Suprema Carta Política do país, a exigência de que sejam fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Trata-se, portanto, de princípio de ordem pública, cuja inobservância acarreta a nulidade da decisão, tal entendimento deve ser aplicado analogicamente ao caso concreto.

Acerca dessa exigência legal com relação às decisões judiciais, os juristas Rogério Lauria Tucci e José Rogério Cruz asseveram, com muita propriedade, que:

“(...) do ponto de vista subjetivo, a motivação da sentença tem por escopo imediato demonstrar ao próprio juiz, antes mesmo do que às partes, a *ratio scripta* que legitima o ato decisório, cujo teor se encontrava em sua intuição. Visa, ela, outrossim, a persuadir o



sucumbente ou o condenado da justiça do decidido, mostrando-lhe que o resultado do processo não é fruto de sorte ou do acaso, mas de verdadeira atuação da lei sobre os fatos levados à cognição judicial e comprovados, com a especificação da norma aplicável ao caso concreto. E, por outra vertente, as razões de decidir importam, também, permitir o controle da sentença, para que se possa estabelecer a exata dimensão do conteúdo da vontade do juiz e , conseqüentemente, para a verificação dos limites objetivos do julgado.”¹

É considerando a importância da fundamentação no ato da prestação jurisdicional que o nosso sistema jurídico adotou o princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado.

Diante dos pilares da legalidade e moralidade administrativa, a motivação é obrigatória nos atos administrativos que afetam o interesse individual do administrado. A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da moralidade, que passa a ser tido como obrigatório, para que a atuação ética do administrador fique demonstrada pela exposição dos motivos do ato e para garantir o próprio acesso ao Judiciário.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.”

A multa aplicada à Recorrente e a decisão atacada não possuem motivação, apenas se limitando a dar o enquadramento da conduta, isso não é fundamentação legal. Fundamentação (motivação) é o exame das questões de fato e de direito, onde se constrói as bases lógicas da parte decisória, é onde se fixa as premissas da decisão após laborioso exame das alegações relevantes que as partes formularam, bem como do enquadramento do litígio nas normas legais aplicáveis.

¹ BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. 4º vol, São Paulo: Saraiva, 1997, p. 50

É bom frisar que se trata de enquadramento genérico. Pela motivação, o agente autuante justifica sua ação administrativa, indicando os fatos (pressupostos de fato) que ensejam o ato e os preceitos jurídicos (pressupostos de direito) que autorizam sua prática, **contudo a autuação supramencionada não analisa devidamente os pressupostos de fato.**

Não resta sombra de dúvida que o ato administrativo vinculado em apreço, e a decisão que o manteve, estão eivados de vício pela falta de motivação, devendo o mesmo ser desconstituído através da sanção de nulidade, visto que não obedece ao determinado pelo art. 56 do Decreto 47.383/18:

Art. 56 – Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, devendo o instrumento conter, no mínimo:

I – nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;

II – número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – ou Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ – da Receita Federal, conforme o caso;

III – fato constitutivo da infração;

IV – local da infração;

V – dispositivo legal ou regulamentar em que se fundamenta a autuação;

VI – circunstâncias agravantes e atenuantes, se houver;

VII – reincidência, se houver;

VIII – penalidades aplicáveis;

IX – o prazo para pagamento da multa e apresentação da defesa, bem como, quando for o caso, medidas e prazos para o cumprimento da advertência;

X – local, data e hora da autuação;

XI – identificação e assinatura do agente credenciado responsável pela autuação.

Não há, no auto de infração, qualquer menção às circunstâncias agravantes que justifiquem a infração como sendo gravíssima, e muito menos embasamento legal

para tanto.

Assim, diante da falta de fundamentação do Auto de Infração e da decisão administrativa que o referendou, o mesmo deve ser anulado, em que pese os atos dos agentes autuantes gozarem presunção de legitimidade, inexistindo qualquer motivação para aplicação da pena de multa na modalidade mais grave.

5. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Outro princípio basilar, decorrente do Estado Democrático de Direito (art. 1º da Constituição Federal), a presidir rigidamente a atuação do aparelho estatal na punição e sancionamento de eventuais infrações administrativas é o princípio da proporcionalidade, vale dizer, da correspondência entre a conduta infratora e a sanção aplicada. Esse princípio é unanimemente acolhido na doutrina e na jurisprudência e decorre da própria finalidade das sanções administrativas. Significa que sanções desproporcionais implicam em desvio de finalidade, comportamento vedado pela Constituição Federal, conforme bem elucida Celso Antonio Bandeira de Mello²:

“Evidentemente, a razão pela qual a lei qualifica certos comportamentos como infrações administrativas, e prevê sanções para quem nelas incorra, é a de desestimular a prática daquelas condutas censuradas ou constranger ao cumprimento das obrigatórias. Assim, o objetivo da composição das figuras infracionais e da correlata penalização é intimidar eventuais infratores, para que não pratiquem os comportamentos proibidos ou para induzir os administrados a atuarem na conformidade de regra que lhes demanda comportamento positivo. Logo, quando uma sanção é aplicada, o que se pretende com isto é tanto despertar em quem a sofreu um estímulo para que não reincida, quanto cumprir uma função exemplar para a sociedade. Não se trata, portanto, de causar uma aflição, um "mal", objetivando castigar o sujeito, levá-lo à expiação pela nocividade

² MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 17ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000.

de sua conduta. O direito tem como finalidade unicamente a disciplina da vida social, a conveniente organização dela, para o bom convívio de todos e bom sucesso do todo social, nisto se esgotando seu objeto. Donde, não entram em pauta intentos de "represália", de castigo, de purgação moral a quem agiu indevidamente. É claro que também não se trata, quando em pauta sanções pecuniárias – caso das multas –, de captar proveitos econômicos para o Poder Público, questão radicalmente estranha à natureza das infrações e, conseqüentemente, das sanções administrativas.”

Em outro trecho:

“As sanções devem guardar uma relação de proporcionalidade com a gravidade da infração.

Ainda que a aferição desta medida inúmeras vezes possa apresentar dificuldade em ser caracterizada, em inúmeras outras, é perfeitamente clara; ou seja: há casos em que se pode ter dúvida se tal ou qual gravame está devidamente correlacionado com a seriedade da infração – ainda que se possa notar que a dúvida nunca se proporá em uma escala muito ampla, mas em um campo de variação relativamente pequeno –, de par com outros casos em que não haverá dúvida alguma de que a sanção é proporcional ou é desproporcional. É impossível no direito fugir-se a situações desta compostura, e outro recurso não há para enfrentar dificuldades desta ordem senão recorrendo ao princípio da razoabilidade, mesmo sabendo-se que também ele comporta alguma fluidez em sua verificação concreta. De todo modo, é certo que, flagrada a desproporcionalidade, a sanção é inválida.”

Houve inobservância da gradação legal estabelecida no artigo 72, da lei 9605/1998, tendo em vista que a Autuada sendo primária e com bons antecedentes deveria, antes de sofrer a pena de multa, ter sido advertida.



Assim, ante a não observação da gradação legal, impõe-se a revogação da multa aplicada, para aplicação da penalidade mais branda.

Todavia, no caso de manutenção da sanção, infere-se que o cálculo efetuado pelo agente ambiental responsável pela lavratura do auto de infração é absolutamente descabido e desproporcional, e não obedece ao disposto no Decreto 47.383/18, em especial ao disposto no seu anexo 1, conforme quadro abaixo:

Código	103
Descrição da infração	Deixar de se inscrever ou de manter dados atualizados no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, quando obrigado a este.
Classificação	Leve
Incidência da pena	Por ato
Observações	O valor da multa será aplicado nos termos do art. 5º da Lei nº 14.940, de 2003: I - 40 (quarenta) Ufemg, se pessoa física; II - 120 (cento e vinte) Ufemg, se microempresa; III - 720 (setecentas e vinte) Ufemg, se empresa de pequeno porte; IV - 1.441 (mil quatrocentas e quarenta e uma) Ufemg, se empresa de médio porte; V - 7.205 (sete mil duzentas e cinco) Ufemg, se empresa de grande porte.

Portanto, a multa é ilegal e nula de pleno direito por ter infringido o princípio da proporcionalidade, porque baseada em dispositivos regulamentares excessivamente fluídos e sem mencionar corretamente os dados que poderiam basilar o referido valor, e, também, por não esclarecer o seu enquadramento como sendo “gravíssima”.

Alternativamente, pugna pela minoração da multa aplicada, de acordo com o critério “leve” como determinada a legislação aplicável.

6. DOS PEDIDOS

Isto posto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso, declarando Auto de Infração **INSUBSISTENTE**, para que:



- a) Seja reconhecida a entrega completa das declarações atinente ao ano de 2019 (ano base 2018), conforme comprovação anexa, cancelando-se a multa aplicada;
- b) Seja reconhecida a falta de motivação e fundamentação para aplicação da penalidade de multa na modalidade mais severa, nos termos da fundamentação;
- c) Alternativamente, seja minorada a multa de acordo com o critério leve, nos termos da legislação em vigor;

Nestes termos,

Pede deferimento.

Santa Rita de Caldas, 12 de setembro de 2024.

Anexos:

- 1. Recibo de protocolo da Declaração de Carga Poluidora registrado sob processo SEI nº 2090.01.0001776/2019-46;
- 2. Tela do processo SEI nº 2090.01.0001776/2019-46 comprovando a entrega da DCP
- 3. Taxa de expediente (DAE) para análise do recurso;
- 4. Comprovante de pagamento da taxa de expediente (DAE);
- 5. Contrato Social da Empresa;
- 6. Cartão CNPJ da Empresa;
- 7. Documento de procuração autenticado em cartório;
- 8. Documento da procuradora;
- 9. Tela de rastreamento dos correios, referente ao recebimento da Notificação FEAM/NAI nº 155/2024 em 13/08/2024


MINERAÇÃO CAFÉ LTDA.
PP: Geralda Helia Tobias da Silva

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2024.

Autuado: Mineração Café Ltda.

Processo: 749521/2022

Referência: Recurso do auto de infração nº 235807/21

ANÁLISE Nº352/2024

I) RELATÓRIO

A sociedade empresária Mineração Café Ltda. foi incurso no artigo 83, Anexo I, Código 116, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, pelo cometimento das seguintes infrações:

- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2009, ANO BASE 2008;*
- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2010, ANO BASE 2009;*
- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2011, ANO BASE 2010;*
- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2013, ANO BASE 2012;*
- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2015, ANO BASE 2014.*

E, ainda, no artigo 112, Código 112, do Decreto nº 47.383/2018 por:

- *DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA ENTREGA INCOMPLETA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2017, ANO BASE 2016 (FALTARAM OS EFLUENTES DE QUATRO FOSSAS SÉPTICAS);*

**Ø DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO
NORMATIVA COPAM/CERH Nº 01/2008 PELA ENTREGA
INCOMPLETA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA
2019, ANO BASE 2018 (FALTARAM OS EFLUENTES DE
QUATRO FOSSAS SÉPTICAS E DE DUAS CAIXAS SAO).**

A autuada apresentou defesa tempestiva, tendo sido proferida decisão de cancelamento das infrações pela não entrega das DCP's dos anos 2009 a 2017 e manutenção da infração pela não entrega da Declaração de Carga Poluidora 2019 (ano base 2018), com multa de R\$133.110,00 (cento e trinta e três mil, cento e dez reais), com fundamento no artigo 112, código 112, anexo I, do Decreto nº 47.383/2018 e Parecer da AGE nº 16.519/2022.

Regularmente notificada da decisão em 13/08/2024, a Autuada manejou Recurso tempestivamente em 12/09/2024, por meio do qual redarguiu que:

- o auto seria nulo, por ter sido lavrado com fundamento em legislação revogada;
- entregou tempestivamente a DCP em 29/03/2019;
- não teriam sido motivados o auto e a decisão, de modo que seriam nulos;
- deveria ter sido advertida antes da autuação;
- a multa seria desproporcional e nula por ter sido considerada infração gravíssima e baseada em dispositivos regulamentares "fluidos".

Requeru que seja provido o recurso para declarar o auto insubsistente; seja reconhecida a entrega completa da DCP 2019 e cancelada a multa; seja reconhecida a falta de motivação e fundamentação para aplicação da multa na modalidade mais severa e, alternativamente, seja minorada a multa de acordo com a natureza leve.

É o relato do essencial.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Os argumentos apresentados não descaracterizam a infração praticada e não autorizam a reforma da decisão. Vejam.

II.1. DO AUTO. DA DECISÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO.

Argumentou a Recorrente que o auto de infração seria nulo por ter sido lavrado com fundamento em legislação revogada e sem motivação. E, ainda, que deveria ter sido advertida antes de autuada.

Primeiramente, a autuação está correta pois foi utilizada a legislação vigente ao tempo do fato típico. A infração mantida, de 2019 (quando deixou de entregar a DCP) foi fundada no Decreto nº 47.383/2018. E as anteriores, no Decreto em vigor na época da prática da infração – em respeito ao princípio do *tempus regit actum*. É o entendimento da AGE consignado na NJ ASJUR/SEMAD nº 63/2019:

Em questões processuais a lei que se aplica é aquela que vigora no momento da prática do ato formal, e não a do tempo em que o ato material se deu. Ainda que atinja um processo em andamento, nenhum efeito tem sobre os fatos ou atos ocorridos sob o império da lei revogada. Assim, alcança o processo no estado em que se achava no momento de sua entrada em vigor, respeitando os efeitos dos atos já praticados, que continuam regulados pela lei do tempo em que foram consumados, em observância ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CRFB/88 e art. 6º, da LINDB). É dizer, as regras instrumentais são de efeito imediato perante os feitos pendentes, mas não são retroativas, pois só os atos posteriores à sua entrada em vigor é que se regularão por seus preceitos, conferindo segurança às relações jurídicas, permitindo-se aos respectivos sujeitos confiar nos seus efeitos programados e esperados. Trata-se do brocardo *tempus regit actum*.

Quanto à alegada ausência de motivação, basta para afastá-la que se leia o auto de infração, no qual estão corretamente inseridos os fundamentos legais e fáticos para sua lavratura, em respeito aos requisitos do artigo 56, do Decreto nº 47.383/2018.

A decisão, a seu turno, também não padece de falta de motivação. Verifica-se que foram devidamente explicitados os motivos de fato e de direito que a fundamentaram para o cancelamento de infrações de 2009 a 2017, bem como de manutenção da infração de 2019.

Nesse sentido, confirmamos que na decisão de 11/06/2024 estão expressos os fundamentos legais para a aplicação da penalidade de multa, especificados no artigo 112, Código 112, do Decreto nº 47.383/18. A decisão ainda remete à Análise Jurídica e ao Parecer Jurídico da AGE de nº 16.519/2022.

É que decisão concisa não se confunde com decisão imotivada, e, assim, não se acatará o argumento apresentado.

II.2. DA ADVERTÊNCIA PRÉVIA. PREVISÃO LEGAL. AUSÊNCIA. INDEFERIMENTO.

Igualmente improcedente é a afirmação de que deveria ter sido advertida antes da autuação, pois tal procedimento não está previsto na legislação estadual aplicável, qual seja, o Decreto nº 47.383/2018 e a Lei Estadual nº 7.772/80.

E ainda segundo o STJ, em julgamento de recurso repetitivo "a validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei nº 9.605/98 independe da prévia aplicação da penalidade de advertência". A relatora do Tema 1159 consignou que **na interpretação das normas ambientais a perspectiva é da máxima proteção ao meio ambiente.**

II.3. DA MULTA. VALOR. NULIDADE. INDEFERIMENTO.

Alegou a Recorrente que a multa seria desproporcional e nula por ter sido considerada a infração gravíssima e baseada em dispositivos regulamentares "fluidos".

Sem razão.

A infração do artigo 112, Código 112, do Decreto nº 47.383/2018 era de natureza gravíssima quando da prática da infração e passou a ser grave somente com a vigência do Decreto nº 47.837/20.

Desta forma, não há qualquer violação ao princípio da proporcionalidade na fixação da multa, cujo valor foi estabelecido no Anexo I, do Decreto nº 47.383/2018.

Analizados, pois, todos os argumentos recursais, a manutenção da decisão proferida é medida impositiva.

III) CONCLUSÃO

Ante o exposto, remetemos os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e opinamos pelo **indeferimento** do Recurso, e manutenção da penalidade pela entrega incompleta da DCP 2019, com fulcro no Artigo 112, Anexo I, Código 112 do Decreto nº 47.383/2018.

É o parecer.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental – [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**, **Servidor(a) Público(a)**, em 02/12/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **102919428** e o código CRC **98373242**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000077/2023-26

SEI nº 102919428